

Eduardo Morais da Rocha



O PAPEL DA JURISDIÇÃO  
CONSTITUCIONAL NO  
CONTROLE DAS POLÍTICAS  
RESTRITIVAS DE DIREITOS  
SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE

*Prefácio: JORGE MIRANDA*

*Apresentação: NÉVITON GUEDES*

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2018

Copyright © 2018 by Eduardo Morais da Rocha

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

1136 800

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R672p

Rocha, Eduardo Morais da.

O papel da jurisdição constitucional no controle das políticas restritivas de  
Direitos sociais em tempos de crise / Eduardo Morais da Rocha. – Rio de Janeiro  
: Lumen Juris, 2018.

216 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 181-193.

ISBN 978-85-519-0459-6

1. Jurisdição Constitucional. 2. Direitos Sociais. 3. Direito Constitucional.  
4. Integridade. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Lista de Siglas.....	XV
Lista de Símbolos.....	XVII
Apresentação .....	XV
Prefácio.....	XIX
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1 Metodologia.....	4
<b>2. Dos Direitos Sociais como Direitos Fundamentais: Necessidade ou Contingência?.....</b>	<b>11</b>
2.1 As principais concepções acerca da construção teórica dos direitos sociais em Portugal.....	11
2.2 Da distinção entre moral e direito dentro de uma relação necessária de complementaridade .....	19
2.2.1 Da distinção entre princípio e regra jurídica .....	28
2.2.1.1 A aplicação da lei da colisão, por meio da proporcionalidade, aos princípios colidentes. ....	32
2.2.2 Tese da necessidade x tese da contingência da proporcionalidade na aplicação dos direitos fundamentais .....	37
2.3 Da distinção entre princípio e policy e da impossibilidade de enquadramento dos direitos sociais na teoria dos trunfos .....	44
<b>3. Do Controle da Afetação dos Direitos Sociais: Entre o Deontologismo e o Consequencialismo Econômico .....</b>	<b>51</b>
3.1 Um breve resumo da evolução da jurisprudência da crise do Tribunal Constitucional em matéria de direitos sociais .....	52
3.2 Entre o consequencialismo e o deontologismo na jurisprudência da crise ....	61
3.2.1 Das teorias consequencialistas x teorias deontológicas .....	64
3.2.2 Do utilitarismo consequencialista benthamista.....	67
3.2.3 Da análise econômica do direito na perspectiva positiva de Richard Posner .....	70

3.3 Os direitos sociais na perspectiva consequencialista do Tribunal Constitucional .....	75
3.4 Das críticas ao consequencialismo econômico .....	79
3.4.1 A vedação da argumentação exclusivamente pragmática pelo Tribunal Constitucional .....	83
3.4.2 A comunidade dos princípios na perspectiva de Ronald Dworkin .....	86
3.4.3 A integridade dos princípios; entre o consequencialismo e o deontologismo .....	95
3.5 Proteção da confiança .....	105
3.5.1 Princípio da Igualdade .....	110
3.6 Da evolução de uma concepção consequencialista à deontológica na jurisprudência da crise .....	111
<b>4. Da Legitimação do Tribunal Constitucional na Fiscalização das Afetações Legislativas dos Direitos Sociais .....</b>	<b>123</b>
4.1 Da ideia que decorre da regra de direito e sua interseção com os princípios .....	125
4.2 O debate entre Carl Schmitt x Hans Kelsen .....	136
4.3 Democracia x Direitos Fundamentais .....	139
4.3.1 A tese da justificação democrática .....	141
4.3.2 A tese da justificação normal .....	149
4.4 A legitimação das decisões do Tribunal Constitucional português na jurisprudência da crise pela tese da justificação normal .....	159
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>171</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>181</b>